



Processo de impeachment de Dilma segue para o Plenário

Parecer pela instauração foi aprovado sexta-feira na comissão especial. Agora deve ser lido e daí aguardar ao menos 48 horas pela votação

A Comissão Especial do Impeachment aprovou, na sexta-feira, a instauração do processo contra a presidente Dilma Rousseff. O parecer de Antonio Anastasia recebeu 15 votos favoráveis e 5 contrários. No encaminhamento, a maioria dos líderes disse que Dilma não poderia ter editado decretos para abrir crédito suplementar sem anuência do Congresso, nem contraído crédito no Banco do Brasil para o Plano Safra. Agora o parecer deve ser lido em Plenário e, a partir daí, a votação deve aguardar ao menos 48 horas para ocorrer. Se a decisão for ratificada, Dilma será afastada por até 180 dias. Nesse período, os senadores julgam o mérito da questão e Michel Temer assume o governo interinamente.



Por 15 votos a 5, a Comissão Especial do Impeachment aprovou a abertura de processo pelo impedimento de Dilma. Eram necessários pelo menos 11



Lira diz que é preciso cuidado para equilibrar as discussões, já que o número de senadores de oposição no colegiado é bem maior que o de governistas

Em entrevista aos veículos de comunicação do Senado, o presidente da comissão especial, Raimundo Lira, disse ter seguido o compromisso de conduzir os trabalhos com imparcialidade e de acordo com o Regimento Interno da Casa. Ele explicou que, se o Plenário decidir pela continuidade do processo, a comissão dará início à fase de instrução e terá os mesmos integrantes, incluindo o relator.

Páginas 3 e 4

Senado oferece cursos gratuitos pela internet



Os cursos a distância oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado, têm

neste momento 150 mil alunos. Gratuitos, os treinamentos são focados principalmente em política e administração pública. Estão abertas as inscrições para um curso sobre ética na gestão

pública e outro sobre as novas regras ortográficas da língua portuguesa. Os treinamentos são voltados para servidores do poder público e também para os cidadãos em geral. **2**



Instituto Legislativo Brasileiro, a escola de governo do Senado, oferece dezenas de cursos a distância e presenciais

Delcídio poderá depor hoje antes de votação na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça deve votar hoje o relatório de Ricardo Ferraço pela cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral. Se aprovado, o processo seguirá para o Plenário. Apesar de o julgamento na comissão não ser sobre o mérito do processo, o presidente do colegiado, José Maranhão, abriu espaço para que Delcídio, que não compareceu ao Conselho de Ética, tenha nova oportunidade de falar. **2**

Nova lei aumenta multas para bloqueio de vias

Punição mais severa para quem usar veículos para bloquear vias públicas já está em vigor desde quinta-feira. O Congresso mudou a Medida Provisória 699/2015. A multa prevista no Código de Trânsito era R\$ 191,54. A MP multiplicou por 30 esse valor (R\$ 5.746,20), reduzido pelo Congresso para 20 vezes (R\$ 3.830,80). Outras mudanças no código promovidas pela medida começam a valer daqui a seis meses. **4**

Justiça terá mais três varas no Rio Grande do Sul **4**

Marcos Oliveira/Agência Senado — 22/10/2015



Servidores participam de curso presencial no Instituto Legislativo Brasileiro, que também oferece treinamentos a distância

150 mil participam de cursos on-line do Senado

Instituto Legislativo Brasileiro está com inscrições abertas para diversos treinamentos a distância, com temas ligados à política e à gestão pública. Cursos são gratuitos e disponíveis a qualquer interessado



CERCA DE 150 mil pessoas estão matriculadas nos cursos a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que responde pela política de capacitação do Senado. Os treinamentos, gratuitos e de curta duração, são voltados para funcionários da Casa e de outros órgãos públicos, além de cidadãos de todo o país.

Há mais de 30 cursos a distância gratuitos on-line. Ele trata, basicamente, de política, Poder Legislativo, orçamento e administração pública. Estão com inscrições abertas, por exemplo, os cursos Ética e Administração

Pública (duração de 60 dias e carga-horária de 40 horas/aula) e Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico (com 20 horas/aula e prazo de conclusão de 60 dias).

As matrículas devem ser feitas pela plataforma Saberes (saberes.senado.leg.br), que também lista todos os cursos disponíveis, o conteúdo programático de cada um deles e as regras de funcionamento.

Certificações

De acordo com a coordenadora de Capacitação, Treinamento e Ensino do ILB, Simone Dourado, 600 mil alunos participaram dos cursos a distância entre janeiro de 2014 e maio de 2016. Segundo ela, o índice de desistência e reprovação fica ao redor de 25%.

— Em 2014, dos 160 mil inscritos nos cursos a distância, 69 mil receberam certificado. Em 2015, tivemos 190 mil pessoas para 80 mil certificados. São pessoas que atingiram média superior a 70. Nosso objetivo é aumentar em 10% o número de certificações neste ano — explica.

Simone diz que a procura por cursos presenciais também tem sido expressiva, principalmente em função do Programa de Formação Gerencial (PFG), destinado a servidores do Senado que ocupam cargos de gerência. Nos anos de 2014 e 2015,

houve 2,2 mil certificações nessa modalidade. Entre os cursos presenciais, está o de Secretariado Executivo, cujo início das aulas será em junho.

Os objetivos do ILB, segundo a coordenadora, são garantir mais eficiência aos serviços prestados pelo Senado.

— Procuramos garantir a qualidade das capacitações. Esses cursos são observados e cuidados diariamente — explica ela, acrescentando que o ILB responde a cerca de 2 mil questionamentos feitos pelo público diariamente, por meio do e-mail.

O ILB oferece também pós-graduação lato sensu (especialização) para servidores.

Por meio do Interlegis, ainda há as parcerias para treinamento com assembleias legislativas de todo o país. Ao Instituto Legislativo Brasileiro compete exercer as prerrogativas de escola de governo do Senado, que consistem em gerir e executar a política de capacitação da Casa e o Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo Brasileiro (Interlegis).

O ILB também concebe, formula, executa e avalia as ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas e equipes.

Conheça o Instituto Legislativo Brasileiro: www.senado.leg.br/ilb

Relatório sobre Delcídio deve ser votado hoje em comissão

Em reunião extraordinária, às 16h de hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) favorável à decisão do Conselho de Ética pela cassação do mandato do senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS). Se aprovado, o processo por quebra de decoro parlamentar será

enviado ao Plenário, para decisão final.

O exame na CCJ é restrito à verificação do cumprimento de normas constitucionais, legais e jurídicas do processo. Mesmo assim, seu presidente, José Maranhão (PMDB-PB), abrirá espaço para manifestação de Delcídio, que não compareceu ao Conselho de Ética, mas pode falar hoje.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Ciclo sobre direitos humanos

9h A comissão ouve juristas em ciclo de debates sobre democracia e direitos humanos. Às 17h, será a vez de audiência com entidades de educação.

SENADO DO FUTURO Democracia

10h A comissão promove audiência pública interativa sobre o futuro da democracia.

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

CCJ Relatório do caso Delcídio

16h Votação do relatório pela cassação do senador Delcídio do Amaral.

TERÇA

CCT Diretrizes para o saneamento

8h45 Na pauta de 27 itens da comissão, está projeto de lei que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

CDH Debate com constituintes de 88

9h A comissão faz audiência pública interativa sobre democracia com a participação de constituintes de 1988. Às 11h, o debate vai focar os movimentos sociais.

QUARTA

CAE Crédito para Caxias do Sul

10h A comissão analisa liberação de crédito para a cidade gaúcha.

CE Educador social

11h45 A comissão pode votar a regulação a profissão de educador social.

CPI DO HSBC Relatório final

14h30 A CPI apresenta o relatório final.

MP 714 Tarifa aeroportuária

14h30 Audiência sobre a MP que extingue o adicional de tarifa aeroportuária.

CMO Presidência e relatoria

14h30 A comissão Mista de Orçamento eleger presidente e relator.

MP 706/2015 Energia elétrica

15h Apreciação de relatório da MP que dispõe sobre concessão de energia elétrica.

MP 703/2015 Acordos de leniência

15h30 Votação do relatório da MP sobre acordos de leniência.

CAS Mão de obra temporária

9h Na pauta, o PLS 107/2015, sobre o contrato de trabalho no setor de hotelaria.

CCJ Licitação de obra pública

10h A comissão pode votar o PLS 604/2015, que reajusta valor de referência para licitação de obras e compras públicas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza,

Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burtle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Relatório de Anastasia, favorável à instauração de processo contra a presidente Dilma, foi aprovado por 15 votos a 5. Plenário fará a leitura do parecer e votará 48 horas depois

Comissão do Impeachment aceita processo

POR 15 VOTOS a 5, a Comissão Especial do Impeachment aprovou a instauração do processo pelo afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República. O parecer do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi votado na sexta-feira. Caberá ao Plenário dar a palavra final (*veja quadro abaixo*).

Antes da votação, todos os líderes de partidos e blocos tiveram direito a cinco minutos de exposição para apresentar suas posições. A maioria concordou com a tese de que Dilma não poderia ter editado decretos presidenciais para abertura de crédito suplementar sem anuência do Congresso. Também argumentaram que Dilma

cometeu crime de responsabilidade ao contratar ilegalmente operações de crédito com instituição financeira controlada pela União, no caso o Banco do Brasil, em relação aos pagamentos ao Plano Safra.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) considerou graves os fatos atribuídos à presidente e disse que a legislação e a Constituição estão sendo rigorosamente cumpridas no processo de impeachment.

— Com a crise sem precedentes enfrentada pelo país, é necessário que o Senado cumpra seu dever.

Olíder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), afirmou que a “fraude fiscal” pela

qual a presidente está sendo julgada empurrou o Brasil para a maior crise de sua história. Rebatendo as críticas de que haverá supressão de direitos trabalhistas em um eventual governo Temer, o senador disse que nada atenta mais contra os trabalhadores do que o desemprego. Cássio manifestou sua expectativa de que, ao completar 190 anos (o que ocorria na sexta-feira), “o Senado não falte ao povo brasileiro, que o acompanha neste momento grave”.

Em nome do Bloco Moderador, Magno Malta (PR-ES) refutou a tese de que o processo seja um golpe de Estado. Ele admitiu que os governos de Lula e Dilma levaram a cabo algumas

políticas sociais bem-sucedidas, mas que isso não exime a atual presidente do julgamento.

— Devemos perdoar o traficante porque ele distribui gás e cestas básicas nas favelas onde o Estado é ausente?

Defesa

Os aliados do governo alegaram que Dilma não cometeu crime algum e está sendo vítima de um golpe. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) encaminhou voto contrário, afirmando que está se dando à presidente Dilma a pena máxima, que é o afastamento do seu mandato.

— É como se fôssemos penalizar uma infração de trânsito com a pena de morte. E é pela fragilidade das acusações que se coloca aqui o dito conjunto da obra — argumentou.

Segundo Gleisi, Dilma está pagando por “contrariar a elite do país” ao investir em programas sociais por “não ser afeita aos jogos da política”.

— Temos uma presidenta que não dá tapinhas nas costas, que não fica conversando sobre cargos — declarou.

Para o líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), “o processo está viciado pelo desvio de poder” cometido pelo presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha, que, segundo o senador, agiu por vingança após romper com o governo.

— Espanta-me que nenhum partido da oposição tenha se manifestado em apoio à decisão do Supremo que afastou Cunha de suas funções parlamentares. O processo está viciado porque tem a impressão digital e a malícia do deputado — disse.

O vice-líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que, ao contrário do que ocorreu no impeachment do ex-presidente Fernando Collor (hoje senador pelo PTC de Alagoas), em 1992, “desta vez não há crime”.

— Por isso, a história vai absolver Dilma. Apesar desse festival de traições e indecências, vamos sair dessa votação com a cabeça erguida porque temos lealdade a um projeto que tirou milhões da miséria. Retirar direitos de trabalhadores e paralisar as investigações da Lava Jato são os objetivos desse golpe — disse.



Comissão Especial do Impeachment acompanha painel com o resultado da votação do parecer do relator, ao final de uma sessão que durou quase 3 horas

Parecer deve ser votado pelo Plenário ainda nesta semana

O processo pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff agora vai ao Plenário do Senado. Conforme o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, a sessão para analisar o parecer só pode ser feita no mínimo 48 horas após a leitura da denúncia em Plenário.

Bandeira lembra que hoje haverá reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que deve dar parecer sobre o processo de cassação de Delcídio do Amaral (sem partido-MS). Esse assunto pode ser levado ao Plenário amanhã.

— É possível que uma das etapas preliminares atrase e o processo de Dilma acabe se estendendo até quinta-feira, por exemplo — disse Bandeira.

O secretário-geral da Mesa afirmou ainda que a sessão para votar o parecer poderá ter cerca de 20 horas de duração, indo até a madrugada.

Por maioria simples — metade mais um dos presentes na sessão, desde que alcançado o quorum mínimo de 41 senadores —, o Plenário, em sua primeira manifestação no processo, vai decidir se aceita ou não a denúncia contra a presidente. Ocorrem, então, a discussão e a votação do parecer, em um só turno.

Se o parecer for rejeitado, o processo contra Dilma é extinto e ela é confirmada no cargo. Se o parecer for aprovado, será iniciada a fase de instrução do processo de impeachment. A presidente é notificada e

afastada pelo prazo máximo de 180 dias, para que os senadores possam julgar o mérito da questão. Nessa hipótese, o vice-presidente Michel Temer assume interinamente.

A coordenação dos trabalhos relacionados ao julgamento será transmitida ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que vai conduzir o processo de impeachment e responder sobre eventuais dúvidas e questões de ordem.

Defesa

Os trabalhos então retornam à Comissão do Impeachment, que notifica Dilma para que apresente sua defesa. A presidente poderá não comparecer ou não responder às perguntas. Testemunhas e especialistas poderão ser chamados pelos senadores, que também terão direito de pedir perícias e auditorias, além de analisar documentos para fundamentar a decisão. Na fase das alegações finais, a comissão ouvirá as considerações da defesa, garantindo o contraditório.

Encerrando seu trabalho, a comissão faz uma segunda votação, admitindo ou não o parecer do relator sobre o mérito do pedido de impeachment. A votação se dá por maioria simples. O parecer é encaminhado para que o Plenário faça sua segunda manifestação no processo. Também por maioria simples, o Senado decide sobre o parecer. Caso rejeite,

o processo é arquivado e Dilma, reconduzida ao cargo. Caso aceite, inicia-se a terceira e última fase do processo: o julgamento.

Começa assim a fase do julgamento propriamente dito. Dilma será notificada para que novamente apresente defesa. O presidente do STF marcará a data de julgamento. Serão ouvidas mais uma vez a defesa e a acusação. Dilma poderá comparecer pessoalmente ou enviar representante. Os senadores poderão ouvir testemunhas.

Encerrada a discussão, o presidente do STF anuncia a votação do impeachment, que deve ocorrer no painel eletrônico. Nessa última decisão, são necessários 54 votos favoráveis (dois terços da composição da Casa) para que a presidente perca o mandato definitivamente e tenha os direitos políticos suspensos por oito anos. Se o impeachment não for aprovado, a presidente é reconduzida ao cargo.

Pedido de anulação

Na sexta-feira, a Comissão do Impeachment recebeu um recurso da Advocacia-Geral da União (AGU). Endereçado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o recurso pede a anulação do processo contra Dilma.

Segundo o ministro José Eduardo Cardozo, há “vícios insanáveis” no processo, como o desrespeito à ampla defesa. Se a anulação for negada, o documento pede a substituição do relator, realização de diligências e novos prazos para a defesa.

Como foi a votação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	SIM
Ana Amélia (PP-RS)	SIM
Antonio Anastasia (PSDB-MG)	SIM
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	SIM
Dário Berger (PMDB-SC)	SIM
Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	SIM
Gladson Cameli (PP-AC)	SIM
Gleisi Hoffmann (PT-PR)	NÃO
Hélio José (PMDB-DF)	SIM
José Medeiros (PSD-MT)	SIM
José Pimentel (PT-CE)	NÃO
Lindbergh Farias (PT-RJ)	NÃO
Raimundo Lira (PMDB-PB)*	—
Romário (PSB-RJ)	SIM
Ronaldo Caiado (DEM-GO)	SIM
Simone Tebet (PMDB-MS)	SIM
Telmário Mota (PDT-RR)	NÃO
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	NÃO
Waldemir Moka (PMDB-MS)	SIM
Wellington Fagundes (PR-MT)	SIM
Zeze Perrella (PTB-MG)	SIM

* Presidente (só votaria em caso de empate)

Lira destaca equilíbrio ao conduzir trabalhos

Depois de cumprir de forma rigorosa o cronograma traçado na primeira etapa dos trabalhos da Comissão Especial do Impeachment, o presidente do colegiado, senador

Raimundo Lira (PMDB-PB), pretende seguir a mesma orientação na segunda fase, caso o Plenário aprove a admissibilidade do pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Lira disse

que foi preciso paciência e tranquilidade nos momentos mais difíceis durante os nove dias de atuação do grupo. Ele ressaltou a postura imparcial que procurou seguir na condução do trabalho.

O senhor pode fazer um balanço da sua experiência no trabalho de conduzir a Comissão Especial do Impeachment por nove dias?

Fiquei muito satisfeito com o resultado do trabalho da comissão. Quando assumimos a presidência da comissão, propusemos 9 dias úteis ou 11 dias seguidos. Cumprimos rigorosamente o calendário a que nos propusemos. Logo no começo dos trabalhos, deixei claro que teria uma posição suprapartidária, uma posição de total imparcialidade e sobretudo uma posição de equilíbrio em relação à composição da comissão especial. Porque desde que assumi deu para verificar, de uma forma explícita, uma supremacia numérica de senadores e senadoras do bloco da oposição em relação ao bloco do governo. Então eu tinha que ter esse cuidado, conduzindo a presidência para que a maioria não afogasse a minoria. Para que houvesse um amplo direito ao contraditório, um amplo direito à discussão, sem que houvesse uma massacrante participação da maioria. Acho que conseguimos. Com o resultado da votação do relatório, ficou mais ou menos patente aquilo que já era previsto no início dos trabalhos dessa comissão.

Está satisfeito com o resultado do trabalho, acha que conseguiu fazer aquilo a que se propôs?

Estou satisfeito, porque na minha posição de presidente eu fiz algumas propostas. Cumpri todo o cronograma previsto, todo o rito previsto na Lei 1.079/1950 [Lei do Impeachment], todas aquelas determinações que foram feitas pelo Supremo Tribunal Federal. E segui rigorosamente o Regimento Interno da Casa, assessorado naturalmente pelo Dr. Bandeira [Luiz Fernando Bandeira, secretário-geral



Lira explica que, se o Plenário admitir a denúncia, comissão dará início à instrução do processo

da Mesa] e seus auxiliares, que nos deram uma cobertura muito grande nessa questão regimental. Respondemos todas as questões de ordem, sempre por escrito e com a nota técnica, para que ficasse nos anais da comissão realmente aquilo tudo que efetivamente aconteceu. Qualquer judicialização que eventualmente venha a acontecer, temos aqui nos anais do Senado tudo por escrito. Nada foi deixado, nada foi relevado, por menor que fosse a questão de ordem.

Qual foi o momento mais difícil?

Houve alguns momentos difíceis. Mas é importante lembrar que estamos tratando de um momento de grande importância histórica, de grande importância política, que é o julgamento de uma presidente da República, com o objetivo de tirar o mandato da presidente da República. Portanto, é um assunto muito importante e isso faz com que muitas vezes o calor das emoções, as posições políticas divergentes ultrapassem

um pouco os limites. Mas tivemos o cuidado e tivemos sorte inclusive de naqueles momentos mais críticos a gente ter paciência, calma, para que o ambiente voltasse à tranquilidade e o objetivo da comissão fosse cumprido.

Qual sua expectativa para os próximos passos do processo?

Dentro do cronograma dos trabalhos, sábado e domingo são dias não úteis. Segunda e terça-feira, que somam 48 horas, são consideradas o interstício previsto em lei, de 48 horas. Na quarta-feira, essa questão vai ser discutida, debatida e votada no Plenário do Senado Federal. A admissibilidade depende de uma maioria simples, com a presença de no mínimo 41 senadores votantes. Se houver a admissibilidade, então esse processo volta para a comissão especial, com o mesmo presidente, o mesmo relator, os mesmos membros. Nessa segunda fase já chamamos de comissão especial processante, porque aí é o processo propriamente dito.

Continua a mesma comissão?

Mesma comissão, mesmo relator. Essa primeira fase foi a fase da admissibilidade. A segunda fase será a fase do processo propriamente dito. A comissão vai tomar algumas medidas em relação a diligências e tudo aquilo o que for necessário para compor de uma forma mais consistente o relatório que vai chegar no final para o julgamento, tendo como presidente o ministro do STF. Nessa segunda fase da comissão processante, a instância máxima é o presidente do STF, ministro [Ricardo] Lewandowski, que não precisa estar aqui no Senado para responder a qualquer questão que eventualmente não seja respondida na própria comissão. No período inicial, a instância máxima é o Plenário do Senado. Na segunda fase, a instância máxima é o presidente do STF.

Quanto tempo vai levar a segunda fase?

Cento e oitenta dias é o período máximo. A lei fala em até 180 dias corridos. No impeachment de Collor, o período gasto foram 90 dias de trabalho da comissão. Vamos ver no decorrer os acontecimentos. O Brasil hoje, cada dia, tem um assunto novo. Estamos vivenciando uma grande crise econômica ao lado de uma grande crise política. Vamos ver se esses assuntos são resolvidos para que possamos oferecer ao país um novo momento de esperança, de expectativas positivas. E, no futuro próximo, a retomada do crescimento econômico, para que possamos trazer de volta ao mercado de trabalho todos esses milhões de brasileiros e brasileiras que perderam seu emprego nesta grande crise econômica, que, no meu entendimento, é a maior por que já passou o nosso país.

Lei aumenta rigor para bloqueio de via pública

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de quinta-feira lei que aumenta a punição para quem utilizar veículos para bloquear vias públicas e promove dezenas de outras mudanças no Código de Trânsito Brasileiro. O texto foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff na quarta.

O Código de Trânsito considera o bloqueio proposital de via como infração gravíssima e prevê multa de R\$ 191,54 e apreensão do veículo. A lei criou uma nova categoria de infração de trânsito, definindo-a como “usar o veículo para interromper, restringir ou perturbar a circulação na via”. A MP multiplicava por 30 o valor da multa (R\$ 5.746,20).

No texto aprovado pelo Congresso e transformado em lei, ela será 20 vezes maior que o valor original (R\$ 3.830,80). Essa multa também será dobrada em caso de reincidência no período de 12 meses.

Como medida administrativa, no caso de interrupções causadas por veículos, o texto estabelece a remoção do automóvel da via. Já os organizadores do bloqueio poderão ser multados em 60 vezes (R\$ 11.492) o valor-base, também com duplicação na reincidência.

Foi vetada a proibição ao pedestre de bloquear as vias públicas. De acordo com a justificativa da presidente Dilma, tal proibição repre-

sentaria “grave ofensa às liberdades de expressão e de manifestação, direitos constitucionalmente assegurados” e só poderia valer em caso de conflito com outros direitos constitucionais.

Foi vetada ainda a livre circulação de veículos de apoio à distribuição de combustíveis, de atividade reconhecida como essencial e de utilidade pública. Segundo o veto, a autorização era “genérica e destinada a uma categoria de veículos sem definição legal”, o que prejudicaria a aplicabilidade.

Por fim, foi vetada a punição por parte do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) aos órgãos de trânsito que descumprirem normas edita-

das pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Tal punição violaria o pacto federativo, porque uma lei federal não pode estabelecer competência a órgão também federal (Denatran) para aplicar penas a órgãos estaduais em face da ausência de hierarquia.

A Lei 13.281/2016 tem origem na Medida Provisória 699/2015 e foi aprovada como projeto de lei de conversão (PLV 4/2016) pelo Senado em abril. A nova legislação está em vigor para a proibição do bloqueio de vias e para a anistia aos caminhoneiros participantes da greve de novembro de 2015. Os outros artigos começam a valer daqui a seis meses.

Rio Grande do Sul terá 3 novas varas da Justiça Federal

A lei que cria duas varas em Gravataí (RS) e a que cria uma vara em Ijuí (RS), com jurisdição no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foram publicadas no *Diário Oficial da União* de quinta-feira. As Leis 13.282/2016 e 13.283/2016 têm origem em projetos aprovados pelo Senado em abril.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), explicou que a criação deve-se à crescente demanda da população pela proteção da Justiça. Ela esclareceu que o quadro de servidores proposto “é o mínimo indispensável para o funcionamento das unidades”.